

CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS  
(ORGANIZADOR)

# APOIO PEDAGÓGICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



CARLOS EDUARDO SAMPAIO BURGOS DIAS  
(ORGANIZADOR)

# APOIO PEDAGÓGICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Apoio pedagógico e assistência estudantil

**Diagramação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A643 Apoio pedagógico e assistência estudantil / Organizador  
Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0226-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.268221905>

1. Estudantes. I. Dias, Carlos Eduardo Sampaio Burgos  
(Organizador). II. Título.

CDD 371.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## INTRODUÇÃO

Este livro sobre o apoio pedagógico e a assistência estudantil traz para o debate dois conceitos ainda em processo de consolidação. Embora o termo “apoio pedagógico” pareça ter uma relação direta com a assistência estudantil, especialmente após 2007 com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) que trouxe o apoio pedagógico como um dos dez eixos de atuação do Programa, o que notamos é que ele não se restringe a assistência estudantil, sobretudo quando pensamos em estruturas organizacionais, como pró-reitorias ou diretorias, ou quando falamos em público atendido.

A curiosidade por compreender o que entendemos por apoio pedagógico vem da minha atuação profissional como pedagogo lotado na assistência estudantil, curiosidade compartilhada por outros colegas, como a Michelle Toti, pedagoga na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), colega de doutorado e parceira nas descobertas acadêmicas e profissionais a respeito do tema.

O livro traz cinco capítulos, quatro deles adaptações de falas em eventos acadêmicos. A ideia com estes quatro capítulos foi transformar em textos, debates, ideias e reflexões acumuladas nos últimos anos com o intuito de ajudar outros profissionais que atuam com apoio pedagógico em serviços de apoio ao estudante do ensino superior. O livro busca trazer alguns elementos que possam contribuir com duas demandas dos profissionais dos serviços de apoio aos estudantes: a falta de materiais sobre o apoio pedagógico e o debate em torno da formação dos novos profissionais que chegam a assistência estudantil. Reconhecendo que o tema do apoio pedagógico é recente em termos de pesquisas acadêmicas e que novas pesquisas estão surgindo, este livro busca começar um debate: o que entendemos por apoio pedagógico? Fazer esse debate exige situar onde esse apoio pedagógico é realizado, e nos quatro primeiros capítulos do livro vamos transitar entre a assistência estudantil e os serviços de apoio aos estudantes, tendo como base para a discussão a literatura nacional e estrangeira a respeito.

No primeiro capítulo a “Assistência e permanência estudantil: reflexões para se pensar o apoio pedagógico” é feito um debate inicial buscando pensar a origem do apoio pedagógico na assistência estudantil e quais ideias ou teorias embasam as ações hoje. Dando sequência a esse debate, o segundo capítulo “Apoio à aprendizagem de estudantes universitários: aspectos institucionais e perfil profissional” traz alguns números sobre a quantidade de universidades federais que realizam ações de apoio pedagógico e o número de servidores envolvidos com essas ações, assim como a formação deles e quando foram contratados. Para dar uma ideia sobre o que se entende e como se realiza o apoio pedagógico, o terceiro capítulo “O apoio pedagógico em serviços de apoio aos estudantes: experiências em Pró-Reitorias de Graduação e de Assistência Estudantil” traça um debate,



a partir de experiências concretas de apoio pedagógico em um diálogo possível entre proreitorias de graduação e de assistência estudantil. O quarto capítulo “Características gerais dos serviços de assuntos estudantis e a formação dos profissionais” nos traz novamente a uma reflexão mais geral sobre os serviços de apoio aos estudantes, apresentando um conjunto com dez características para pensarmos esses serviços. Por fim, no último capítulo “Apoio pedagógico: definições e desafios” buscando contribuir com a discussão e abrir o debate, algumas definições são propostas.

Aproveito para deixar registrado meus agradecimentos a duas colegas e amigas dos serviços de apoio aos estudantes, a Michelle Toti, pedagoga na Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e a Alessandra Ramada da Matta, enfermeira na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) campus Osasco. Agradeço não apenas a leitura e as contribuições para este livro e outros materiais, mas principalmente o apoio e parceria ao longo dos últimos anos.

Gostaria também de agradecer a Profa. Dra. Helena Sampaio, minha orientadora de mestrado e doutorado, pela confiança nesses anos e pelas sábias e pacientes orientações e incentivo para as publicações acadêmicas.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES PARA SE PENSAR O APOIO PEDAGÓGICO	
Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219051">https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219051</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
APOIO À APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: ASPECTOS INSTITUCIONAIS E PERFIL PROFISSIONAL	
Michelle Cristine da Silva Toti	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219052">https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219052</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O APOIO PEDAGÓGICO EM SERVIÇOS DE APOIO AOS ESTUDANTES: EXPERIÊNCIAS EM PRÓ-REITORIAS DE GRADUAÇÃO E PRÓ-REITORIAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219053">https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219053</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS SERVIÇOS DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	
Soely Polydoro	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219054">https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219054</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
APOIO PEDAGÓGICO: DEFINIÇÕES E DESAFIOS	
Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias	
doi <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219055">https://doi.org/10.22533/at.ed.2682219055</a>	
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	<b>62</b>

## ASSISTÊNCIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: REFLEXÕES PARA SE PENSAR O APOIO PEDAGÓGICO

### **Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias**

Doutor em Educação pela Unicamp. Pedagogo na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) campus Osasco no Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).  
Osasco (SP), Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/5525365551841212>  
<https://orcid.org/0000-0001-8156-4278>.  
Contato: [carlos.dias@unifesp.br](mailto:carlos.dias@unifesp.br)

Esse capítulo é uma adaptação da segunda parte do webinar “Assistência e permanência estudantil” realizado de forma remota no dia 14 de abril de 2021 e organizado pelo Laboratório de Pesquisas sobre Serviços de Apoio aos Estudantes no Ensino Superior (LAPES). O vídeo completo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TamY1a82fMg>

O intuito do texto é discutir a origem do apoio pedagógico na assistência estudantil. Para isso, faço duas questões iniciais:

1. Como o apoio pedagógico foi incluído entre os eixos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)?
2. Quando os formuladores do Pnaes pensaram o programa, o que eles imaginavam para o apoio pedagógico?

Não sei se eu vou conseguir responder a essas perguntas, mesmo pesquisando o tema nos últimos cinco anos, essas respostas

não apareceram de maneira objetiva, inclusive continua sendo uma curiosidade acadêmica.

O texto está organizado em quatro partes: 1) A institucionalização da assistência estudantil; 2) Os estudos internacionais sobre assuntos estudantis; 3) Hipóteses para pensar o apoio pedagógico e; 4) Os pontos em comum, as bases e os desafios no apoio pedagógico. Nas considerações finais proponho um conjunto com quatro ideias e/ou conceitos para pensarmos o apoio pedagógico: a) Assistência estudantil; b) Processo de transição; c) Autorregulação da aprendizagem e; d) Afiliação.

### **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

De acordo com Crosara *et al.* (2020) e Imperatori (2017) notamos que a constituição do Pnaes como uma política de estado revelou mudanças de concepção no que se entende por assistência estudantil. Mas, antes desse momento da assistência estudantil que veio com o Pnaes vou voltar aos anos 1970 para pensarmos o período que talvez seja o primeiro momento de uma estrutura, ou seja, servidores públicos, recursos financeiros e programas voltados a assistência aos estudantes. Para muitos profissionais que tem lidado com apoio pedagógico, compreender a origem deste dentro da assistência estudantil talvez possa ajudar no que se entende por apoio pedagógico, que por

sua vez pode ajudar na própria prática e fazer do apoio pedagógico.

A década de 1970 parece ser um período importante para pensarmos uma primeira estrutura de assistência estudantil, e conseqüentemente um lugar embrionário para se pensar a assistência estudantil para além do apoio material.

A criação da Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) no MEC pode ser considerada a primeira estrutura em termos de profissionais que se dedicaram a pensar a assistência estudantil (KOWALSKI, 2012; CROSARA *et al*, 2020). Isso acontece no mesmo período em que se deu o desenvolvimento de dois programas que de alguma forma parecem influenciar a concepção de assistência estudantil até hoje, programas que foram pensados com a exigência de contrapartidas laborais por parte dos estudantes. Eu penso que é nesse período que a gente começa a ter uma institucionalização da assistência estudantil, com um quadro de profissionais e alguns programas que vinculam recursos financeiros a um público específico que por sua vez cumpre com exigências para usufruto desses recursos.

Segundo Crosara *et al.*, (2020) a DAE foi criada para garantir políticas nacionais de assistência sendo regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971 e responsável por ações nas áreas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Ainda segundo os autores, dois programas eram centrais nessa diretoria, o Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE) e o Programa Bolsa Trabalho.

Já nos anos 1980, período de redemocratização do país, de conquista e ampliação de direitos sociais, que tem a Constituição Federal de 1988 (“Constituição Cidadã”) como referência, é um período de algumas mudanças de concepção a respeito da educação e da assistência social.

É nesse período que a gente tem a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, e também do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), importante ator na discussão sobre as políticas de assistência estudantil (DIAS, 2021).

É nessa época também que em termos de políticas públicas a assistência social começa a ganhar espaço próprio e a gente desvincula um pouco esses dois direitos: a educação e a assistência social. É um período em que começamos a ter uma mudança de mentalidade, em relação aos direitos, mas que continuamos convivendo com programas criados em outras perspectivas, no caso da assistência estudantil tendo ainda o Pebe e o Programa Bolsa Trabalho como modelos.

Por que pensar isso é importante? Porque nos anos 1990 nós vamos ter uma grande influência de organismos internacionais na agenda das políticas públicas no Brasil. Nós temos dois modelos de Estado de Bem-Estar Social, um modelo mais europeu de direito universal e um modelo americano atrelando direitos a contrapartidas (MONNERAT *et al.*, 2007).

São dois modelos diferentes, baseados em diferentes princípios que pensam como fazer a inclusão de pessoas dentro da cidadania, ou, como tornar essas pessoas cidadãos. O Brasil não fazendo parte nem da Europa nem dos EUA de alguma maneira é influenciado por esses dois modelos e essas duas ideias.

Se a gente olha para outras políticas públicas desse período, sobretudo dos anos 2000, nós temos o Programa Bolsa Família (PBF), que talvez seja o maior programa que nós temos no Brasil em termos de tamanho, abrangência e de pessoas atendidas, e que tem servido de referência para pensar outros programas e outras políticas públicas, inclusive sendo modelo para programas do tipo em outros países.

Quando a gente olha para o Pnaes não dá para dizer que a gente simplesmente olhou o PBF e fez uma transposição dele para uma “política de assistência social” no ensino superior. Mas, pensando enquanto movimento de ideias, de discussões num mesmo período histórico, me parece que essas políticas têm um certo diálogo, uma certa aproximação. O PBF tem algumas contrapartidas como pré-requisito, à frequência na escola e a carteira de vacinação, exigências e/ou contrapartidas que no desenho desse programa buscam garantir as crianças das famílias atendidas o acesso à cidadania, pelo mecanismo do direito a saúde e a escola (MONNERAT *et al.*, 2007). Em que pese às discussões sobre o assunto e a vinculação de direitos enquanto uma obrigação, muitos estudos mostram que as crianças das famílias atendidas pelo PBF passaram a acessar a educação e a saúde desde então. Embora também seja um ponto polêmico dentro da assistência estudantil a questão das contrapartidas, também temos pessoas que defendem essas contrapartidas como mecanismo de afiliação acadêmica desses estudantes ao ensino superior, especialmente quando essas contrapartidas estão integradas a programas de ensino, pesquisa e extensão, como o próprio Pnaes prevê.

## **OS ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE ASSUNTOS ESTUDANTIS**

Fazendo uma pausa nessa discussão sobre o contexto da assistência estudantil e das políticas sociais no Brasil, mas também pensando o movimento de ideias, trago uma reflexão para pensarmos os assuntos estudantis nos Estados Unidos da América (EUA), país que é referência quando pensamos em serviços de apoio aos estudantes (UNESCO, 2009; TOTI e POLYDORO, 2020).

Schwartz e Stewart (2016) fazem uma periodização, uma categorização histórica dos serviços de assuntos estudantis nos EUA e chamam esses períodos de “eras” do desenvolvimento desses serviços nos EUA. Essas eras dos assuntos estudantis, no caso americano, são tão antigas quanto o próprio ensino superior nos EUA, muito mais antigo que o brasileiro e que desde o princípio já criou instituições, universidades ou “*colleges*”, com seus serviços de apoio aos estudantes (TOTI e POLYDORO, 2020). A seguir, apresento

as “eras” dos Assuntos Estudantis nos EUA, segundo esses autores:

1. 1636 – 1850: “era do paternalismo”
2. 1850 – 1914: “era da vida acadêmica”
3. 1914 – 1945: “era do movimento estudantil”
4. 1945 – 1970: “era dos anos de ouro do ensino superior”
5. 1970 – 1994: “era do consumismo nos assuntos estudantis”
6. 1994 – 2010: “era da aprendizagem dos estudantes”
7. 2010 – Atual: “era do profissionalismo” (SCHWARTZ e STEWART, 2016).

É interessante perceber que a história desses serviços nasce com uma era chamada de “paternalista” seguida de outras eras até os “anos de ouro do ensino superior”, período que por meio de uma série de políticas de acesso, os EUA fazem a expansão do seu ensino superior se abrindo a diferentes públicos que até então não o frequentavam. Na seqüência temos o que os autores chamam de “era do consumismo” e depois a “era da aprendizagem”, da qual eu faço um destaque para pensarmos em seguida sobre o apoio pedagógico na assistência estudantil. Mas, voltando aos EUA, é nessa era que, segundo Schwartz e Stewart (2016), as instituições de ensino superior norte-americanas e os serviços de assuntos estudantis passam a dar atenção àquilo que os estudantes estão aprendendo ou que deveriam estar aprendendo. Por fim, em relação aos dias de hoje, os autores a chamam de “era do profissionalismo”, período de desenvolvimento desses serviços de assuntos estudantis por meio de associações e cursos.

A ideia de trazer essa periodização dos assuntos estudantis nos EUA pode parecer um pouco anacrônica e descontextualizada ao pensarmos o ensino superior no Brasil e a assistência estudantil, a ideia aqui não é reproduzir modelos ou tentar encaixar nossa experiência num modelo externo, como somos um grupo de estudos, penso que olhar para outros modelos e experiências nos permite pensar a nossa própria realidade.

Pensando sobre a assistência estudantil no Brasil, também temos uma periodização proposta por Kowalski (2012). Assistência estudantil e assuntos estudantis não são coisas que podemos dizer que são equivalentes, a assistência estudantil é mais específica que os assuntos estudantis. Mas, esse é um ponto que ainda temos muito que conversar, nós temos nas universidades federais Pró-Reitorias que são chamadas de assuntos estudantis e outras que são de assistência estudantil, algumas vezes isso pode significar a mesma coisa, em outras vezes não. Na prática elas têm sido muito parecidas pela responsabilidade em gerir os recursos do Pnaes e o fato de ter uma Pró-Reitoria específica para essa finalidade, sobretudo a partir dos anos 2010, mostra a importância do tema para as instituições (VARGAS e HERINGER, 2016). Esse debate sobre assistência estudantil e

assuntos estudantis.

Kowalski (2012) propõe a periodização da assistência estudantil em três fases, começando com a criação da casa do estudante em Paris na França em 1928. A passagem da primeira para a segunda fase se dá no período de redemocratização do Brasil e o marco simbólico desse período é a criação do Fonaprace em 1987. Essa fase se encerra, segundo ela, com o Pnaes no ano de 2007.

Durante a segunda fase da assistência estudantil, de 1987 a 2007 tivemos as pesquisas elaboradas pelo Fonaprace para conhecer o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais. Essas pesquisas catalisaram algumas discussões sobre o ensino superior público federal, inclusive dando outro ritmo a essas discussões, como a necessidade de recursos específicos para se fazer a assistência estudantil. Elas mostraram qual é o público de estudantes nessas universidades e desde a primeira pesquisa, o percentual de estudantes que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade socioeconômica se mostrou significativo, começando com cerca de 40% em 1996 para mais de 70% em 2018 (FONAPRACE, 2019).

Essas pesquisas também ajudaram a mostrar que esses estudantes apresentavam outras dificuldades, além das dificuldades socioeconômicas. Elas trouxeram dados que mostram que só os recursos materiais não eram suficientes para se pensar a permanência dos estudantes. Se a gente olha para as duas últimas pesquisas do Fonaprace de 2014 e 2018 elas mostram que os estudantes, quando perguntados sobre qual era a principal dificuldade deles, as respostas indicaram que as dificuldades financeiras e as dificuldades acadêmicas ou com os estudos estavam em igual proporção. A pesquisa não traz dados desagregados que poderiam mostrar se os estudantes com maior vulnerabilidade socioeconômica apresentam mais dificuldades acadêmicas, ou estudantes ingressantes apresentam mais dificuldades acadêmicas ou algum recorte de raça, cor, gênero ou etnia. Em todo caso, os dados globais indicam que as dificuldades acadêmicas ou com os estudos representam um ponto relevante ao se pensar à permanência estudantil.

As respostas das dificuldades financeiras e das dificuldades acadêmicas em igual proporção se devem provavelmente ao fato de que alguns estudantes tiveram suas necessidades materiais supridas e então apontaram as dificuldades acadêmicas e com os estudos como a mais relevante para eles. A questão não é qual é a maior necessidade ou não, e sim que existem diferentes necessidades e que muitas vezes um mesmo estudante apresenta as duas necessidades, uma mais material e outra com os estudos. Então, esses dados nos sugerem que existe uma área de atuação importante dentro da assistência estudantil que são essas dificuldades acadêmicas com os estudos, ou, o que nós chamamos de apoio pedagógico.

Num artigo recente, Braga e Dal Pará (2021) se apoiando nessas fases da assistência estudantil defendem que a terceira fase se encerrou em 2016 com a aprovação da Emenda

Constitucional nº 95, conhecida como a “emenda do teto de gastos”. Provavelmente nós precisaremos de outro momento para nos debruçarmos sobre essa questão, dos recursos financeiros, uma vez que é um período em que a curva de recursos financeiros destinados à assistência estudantil se inverte: se de 2007 a 2014 os valores cresciam, a partir de 2015 eles começaram a diminuir, seja em valores absolutos, corrigidos pela inflação ou em proporção a quantidade de estudantes que ingressam e necessitam desse tipo de suporte.

A ideia de trazer essas diferentes ideias é pensarmos e discutirmos os nossos serviços e o apoio pedagógico dentro de um contexto. Assim, a partir das fases de Kowalski (2012) e das reflexões de Braga e Dal Pará, (2021), temos as 4 fases da assistência estudantil:

1ª fase: 1928 – 1987 (casa do estudante em Paris / FONAPRACE)

2ª fase: 1987 – 2007 (FONAPRACE / Reuni e Pnaes)

3ª fase: 2007 – 2019 (Pnaes / Emenda Constitucional 95/2016)

4ª fase: 2016 – atual (Emenda Constitucional 95/2016)

## **HIPÓTESES PARA PENSAR O APOIO PEDAGÓGICO**

Começando a analisar mais especificamente o apoio pedagógico, vou propor algumas hipóteses para pensarmos de onde ele talvez tenha surgido. Essas hipóteses não estão organizadas de forma sequencial ou cronológica, estão organizadas em tópicos para facilitar o nosso debate:

- A defesa da assistência estudantil para além do apoio material;
- A experiência de outros países e as referências bibliográficas;
- A inclusão de estudantes de primeira geração;
- Programas de assistência que exigem contrapartidas acadêmicas;
- A expansão do ensino superior

A primeira hipótese é de que os profissionais mais antigos da assistência estudantil, aqueles que começaram a atuar desde os anos 1970 com as primeiras estruturas da assistência estudantil, começam a perceber que só a assistência material não era suficiente. É aqui onde, talvez, esses profissionais começaram a pensar em algumas atividades no sentido de apoiar os estudantes na rotina de estudos deles, ajudando-os a desenvolver algumas habilidades e competências requeridas para ser um estudante universitário. Nesse percurso, esses antigos profissionais começaram a requisitar a contratação de outros profissionais com outras formações que pudessem apoiar esse processo.



Já a segunda hipótese pode ser pensada a partir da experiência de serviços de apoio aos estudantes em outros países e a disponibilização de referencial bibliográfico, muito porque a expansão do ensino superior em outros países aconteceu em outros momentos, anterior a expansão no Brasil. Se a gente pegar os EUA e a Europa como exemplos, a expansão do sistema de ensino superior deles aconteceu um pouco antes da nossa, e, apesar da importação que às vezes fazemos de algumas ideias sem fazer uma crítica e uma reflexão da nossa realidade, esses referenciais acabaram servindo para gente pensar as nossas questões. Quando vamos analisar a experiência internacional nós vamos ver que a aprendizagem dos estudantes é uma dimensão do trabalho dentro de alguns serviços de apoio aos estudantes.

A inclusão dos estudantes de “primeira geração” no ensino superior brasileiro pode ser uma terceira hipótese que nos ajuda a pensar o apoio pedagógico, visto que esses estudantes aparentemente trazem algumas dificuldades de adaptação mais complexas que as já conhecidas dificuldades da transição da educação básica para a educação superior. Isso porque a questão vai além de você aprender a estudar da maneira como a universidade espera que um estudante desse nível de ensino estude, há uma série de leituras de códigos e normas do ensino superior que não se dão apenas nas aulas, sendo necessária uma imersão num mundo aparentemente estranho, um mundo estrangeiro a cultura e aos hábitos de muitos desses estudantes de primeira geração. E, parte desses estudantes de primeira geração compõe o público majoritário da assistência estudantil, então, penso que a chegada desse novo público que ao procurar a assistência estudantil trouxe consigo questões para além do apoio material, e talvez até além do apoio com os estudos, necessitando de um suporte para sua adaptação ao ensino superior. É nesse espaço que o apoio pedagógico parece ser um mecanismo de apoio, que ajuda os estudantes no desenvolvimento de uma rotina de estudos e também nesse processo de afiliação (COULON, 2008).

A quarta hipótese para pensarmos o surgimento do apoio pedagógico são os auxílios financeiros e materiais da assistência estudantil, ou, mais especificamente, as contrapartidas acadêmicas que muitos desses auxílios exigem. Nós temos uma série de editais que fazem uma vinculação com contrapartidas acadêmicas e possivelmente nós tenhamos reivindicações dos estudantes do tipo, “eu reconheço que não tenho um desempenho acadêmico como o edital exige, mas o que eu gostaria de saber é quem é que pode me ajudar a estudar melhor, porque com o conhecimento que eu cheguei aqui eu não consigo acompanhar os estudos”. Possivelmente, essa situação cria a necessidade institucional de que tenhamos um profissional ou algum tipo de serviço ou programa que apoie a aprendizagem deste estudante. Então, essa também pode ser uma das hipóteses para pensarmos a criação de algumas ações e serviços de apoio pedagógico aliada a contratação de profissionais para apoiar os estudantes com as exigências e contrapartidas

dos editais de auxílios da assistência estudantil.

Por fim, a quinta hipótese é a própria expansão do ensino superior. Nós temos vários trabalhos apontando para a diversificação do público estudantil com essa expansão, mas aqui estou me referindo mais ao crescimento numérico dos estudantes. O crescimento do número de matrículas exigiu o crescimento do quadro de profissionais técnico-administrativos em educação (TAE), sendo que parte desses novos profissionais contratados foi alocada na assistência estudantil. Vejamos o quadro abaixo:

	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Universidades Federais	43	53	58	63	63
Matrículas na graduação	500459	556231	763891	1046467	1123649
Docentes	48056	52881	74059	88748	97580
Técnico-administrativos	57573	59637	86577	102626	108878

Quadro 1) Número de universidades federais, matrículas na graduação, docentes e técnico-administrativos em educação no período de 2002 a 2018.

Fonte: DIAS, 2021, p.104.

A relação entre o número de estudantes e de técnicos é praticamente a mesma de antes da expansão em torno de um TAE para cada 11 estudantes. Embora essa relação entre TAE e estudantes tenha se mantido quase a mesma, em números absolutos o que percebemos é que o número de TAE em geral dobrou nesse período, e a chegada de mais técnicos à assistência estudantil nesse período, sobretudo de 2008 em diante, trouxe também a contratação de profissionais com diferentes formações, como psicólogos, pedagogos e profissionais com outras licenciaturas (DIAS, 2021).

O que nós percebemos é que os profissionais que tem lidado com o apoio pedagógico, sejam eles pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais ou profissionais com outras formações, chegaram à assistência estudantil ou foram contratados especialmente nesse período da expansão do ensino superior (DIAS, 2021). Então, esse é um período em que a universidade está se expandindo e se repensando, incluindo novas preocupações, como o apoio a aprendizagem dos estudantes.

Essas hipóteses combinadas nos ajudam a pensar como se deu o aparecimento do apoio pedagógico e sua ligação com a assistência estudantil, especialmente a partir do Pnaes que o colocou como um dos seus eixos. Mas, mesmo constando como um eixo, da forma como está no Pnaes, e pelos documentos públicos do Fonaprace, não sei se vamos conseguir responder quando, onde e porque o apoio pedagógico começou.

## OS PONTOS EM COMUM, AS BASES E OS DESAFIOS NO APOIO PEDAGÓGICO:

Nessa seção abordo alguns pontos comuns, as bases e os desafios para pensarmos o apoio pedagógico. Como pontos em comum, três parecem ter ligação direta com a realização do apoio pedagógico atualmente:

- Editais de auxílios da assistência, por conta de contrapartidas acadêmicas;
- Indicadores institucionais de evasão, reprovação, trancamentos de matrícula etc.;
- Experiências de serviços de Orientação Educacional.

Não sei dizer se o apoio pedagógico em cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) começa de uma ou outra forma, mas, penso que de alguma maneira, o trabalho dos profissionais com o apoio pedagógico, sejam em serviços específicos ou por meio de programas e ações, de algum modo envolvem esses três pontos, os editais, os indicadores e as experiências anteriores da própria instituição. Penso que os serviços de orientação educacional presentes em algumas instituições de ensino superior serviram de modelos para pensarmos o apoio pedagógico hoje.

No trabalho que fizemos no ano passado (TOTI e DIAS, 2020), a partir dos relatos de experiência sobre apoio pedagógico, nós percebemos algumas coisas comuns no apoio pedagógico, que aqui vou chamar de bases do apoio pedagógico:

1. Legislação sobre ensino superior;
2. Pnaes / editais de auxílios;
3. Regimentos internos de graduação das IES;
4. Estudos institucionais sobre evasão x permanência;
5. Auditorias da Controladoria Geral da União (CGU);
6. Referencial bibliográfico (TOTI e DIAS, 2020).

Em termos de referencial bibliográfico nós não conseguimos perceber nenhuma referência bibliográfica específica sobre o apoio pedagógico. Nós trabalhamos com alguns relatos de experiência, que não dão conta de todas as experiências sobre apoio pedagógico no Brasil, mas, nos indicam que não há um referencial bibliográfico comum, e que os serviços e os profissionais que trabalham com apoio pedagógico têm buscado diferentes bibliografias para dar conta de pensar a própria atuação. Cada experiência que analisamos trabalha com um referencial teórico próprio, o que é muito interessante de pensarmos da perspectiva da autonomia desses profissionais na construção desses serviços e do apoio pedagógico, mas que também indica uma dificuldade de pensar o próprio apoio pedagógico.

A partir das experiências analisadas, concluímos que o apoio pedagógico tem uma ligação mais forte com a parte estrutural, em termos de legislação, editais, regimentos e indicadores, aqui incluindo as auditorias da CGU e a interpretação que esta faz do Pnaes.

Em termos de desafios para o apoio pedagógico, tomo como referência o trabalho de Toti (2020) que elenca cinco desafios para o apoio pedagógico:

- A fundamentação teórica
- A área de conhecimento
- A identidade profissional
- A legitimação institucional
- A avaliação das ações.

A fundamentação teórica, ou a ausência dela é uma das questões que nos levou ao doutorado, tanto eu quanto a Michelle Toti, assim como a própria criação desse grupo de estudos<sup>1</sup>, que tem uma questão prática que o orienta pela ausência de referencial teórico: o que nós temos que fazer aqui? O “nós”, somos os profissionais que realizam algum tipo de apoio pedagógico e o “aqui” é a assistência estudantil.

A área do conhecimento do apoio pedagógico é outro desafio porque me parece algo muito interdisciplinar, construído entre fronteiras de áreas do conhecimento (DIAS, 2021). Temos desde temas mais próximos a psicologia, por exemplo, a motivação dos estudantes em aprender, assim como as questões socioeconômicas dos estudantes, temas mais próximos do serviço social e da sociologia.

A questão da identidade profissional, algo que a gente lida constantemente, seja nas nossas instituições ou para além delas, também é um desafio. Quando falamos nessa identidade profissional ela passa pela identidade como servidor público, pela identidade no trabalho na educação superior, a identidade no cargo e a identidade na assistência estudantil. E, a construção dessa identidade numa área (apoio pedagógico) e num campo (assistência estudantil) que ainda estão em consolidação parece ser mais complexa do que quando se chega num lugar “pronto” ou mais consolidado (DIAS, 2021).

A legitimidade institucional, do apoio pedagógico e da assistência estudantil também é um importante desafio. Essa legitimidade, ou não, com certeza varia de instituição para instituição, mas de modo geral, pensar a assistência estudantil ou a permanência dos estudantes por meio de diferentes ações, como auxílios e apoio pedagógico ainda é algo em construção, mas em uma certa crescente.

Por fim, o último desafio é a avaliação das ações de apoio pedagógico. Eu penso

---

<sup>1</sup> A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) tem sediado o grupo de estudos sobre apoio pedagógico e serviços de apoio aos estudantes como um projeto de extensão, o Laboratório de Pesquisas sobre Serviços de Apoio aos Estudantes no Ensino Superior (LAPES).

que nós temos várias ações acontecendo e em diferentes formatos, mas eu acho que a gente ainda não consegue dimensionar o quanto essas ações de fato estão contribuindo para os nossos objetivos. O excesso de demandas dificulta com que os serviços consigam avaliar suas próprias ações, se elas estão sendo efetivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, uma vez que a gente não tem um referencial teórico específico sobre apoio pedagógico, apresento um conjunto com quatro ideias ou conceitos que podem nos ajudar a pensar e construir um pouco das nossas referências (DIAS, 2022):

- a. Assistência estudantil;
- b. Processo de transição;
- c. Autorregulação da aprendizagem e;
- d. Afiliação.

A assistência estudantil é um referencial necessário, afinal o termo apoio pedagógico nasce da assistência estudantil e compreender o que se entende por assistência estudantil no campo teórico, assim como a concepção de assistência estudantil em nossas instituições é uma espécie de pré-requisito, não apenas para o apoio pedagógico, mas também para as demais áreas da assistência estudantil.

O processo de transição dos estudantes da educação básica para a educação superior é outro referencial importante, porque abarca um grupo significativo de estudantes das nossas instituições. Nós também vamos ter estudos complementando, pensando essa transição em termos biopsicológicos como da adolescência para a adultez (CARNEIRO e SAMPAIO, 2015), assim como estudos que trazem recortes de classe, raça, etnia, sexo que nos ajudam a situar essa transição em diferentes contextos. Nesse sentido, gostaria de destacar os estudos que abordam os estudantes de primeira geração, aqueles que são os primeiros em suas famílias a acessar o ensino superior, que podem apresentar processos de transição diferentes em relação aos estudantes que contam com algum tipo de background familiar (DIAS e SÁ, 2014) podendo talvez necessitar de maior suporte institucional em seu processo de afiliação.

Os estudos sobre autorregulação da aprendizagem, tanto do ponto de vista teórico como com modelos de atividades de intervenção são referenciais que podem nos apoiar na construção e entendimento do apoio pedagógico. São estudos que refletem sobre o processo de construção da autonomia dos estudantes em relação aos seus estudos, sugerindo muitas vezes intervenções por meio de oficinas e cursos que podem apoiar os estudantes nesse processo de aprender a aprender.

Por fim, a ideia de afiliação nos ajuda a pensar o engajamento do estudante universitário com sua aprendizagem, seu curso e sua instituição, aqui estamos também falando do senso de pertencimento. Muitos estudos mostram que os estudantes engajados com a sua aprendizagem apresentam maior persistência em seus cursos, e esse engajamento passa por esse senso de pertencimento a um grupo social, o de ser estudante universitário.

Esse conjunto com quatro ideias, assistência estudantil, transição, autorregulação da aprendizagem e afiliação combinam diferentes campos do conhecimento como a psicologia, a sociologia, o serviço social e a pedagogia e “nos dão pistas interessantes para pensarmos sobre o que é e como é feito o apoio pedagógico hoje nas instituições federais de ensino superior” (DIAS, 2022).

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e; DAL PARÁ, Keli Regina. Assistência estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**, v.6, n.3, p.5-20, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/489> Acessado em: 19/03/2021.

CARNEIRO, Virgínia Teles; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Adultez emergente: um fenômeno normativo? **Revista Saúde e Ciência Online**, v.4, n.1, p.32-40, 2015.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador (BA): EDUFBA, 2008.

CROSARA, Daniela de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa e; OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Trajetória de institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil**. In: SILVA, Leonardo Barbosa e; CROSARA, Daniela de Melo. **A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro**. Curitiba: Brasil, Publishing, 2020, p.16-39.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias. **O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas (SP), 2021, 232p. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/1166990> Acessado em: 14/12/2021.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos Dias. O apoio pedagógico e a assistência estudantil: transição, afiliação e permanência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação da UFSCAR**, São Carlos, 2022 [prelo].

DIAS, Diana; SÁ, Maria José. The Impact of the Transition to HE: emotions, feelings and sensations. **European Journal of Education**, v.49, n.2, p.291-303, 2014.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, jan./mar. 2017, p. 148-181. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf> Acessado em: 03/01/2022.

FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Uberlândia (MG): ANDIFES; FONAPRACE, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf> Acessado em: 26/06/2019.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012, 179p.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SENNA, Mônica de Castro Maia; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, Dec./2007, p.1453-1462. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a06.pdf> Acesso em: 10/03/2021.

SCHWARTZ, Robert; STEWART, Dafina-Lazarus. **The history of student affairs.** In: Schuh, John H.; JONES, Susan R.; TORRES, Vasti (Eds.). *Student services: a handbook for the profession.* 6th edition. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2016, p.63-88.

TOTI, Michelle Cristine da Silva; DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. **Conquistas, possibilidades e desafios para os serviços e seus profissionais.** In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva; SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (Orgs.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p.473-498.

TOTI, Michelle Cristine da Silva. **Universidade e Realidade – Apoio Pedagógico no Ensino Superior em tempos de pandemia.** Webinar: Tribuna Universitária realizado em 29 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=725289438323618>

TOTI, Michelle Cristine da Silva; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **Serviços de apoio a estudantes nos Estados Unidos da América e no Brasil.** In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva; SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p.79-102.

VARGAS, Hustana Maria; HERINGER, Rosana. **Políticas de Permanência e Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras: uma análise a partir dos websites.** In: CARMO, Gerson Tavares do (org.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva.** Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro: 2016, p.175-198.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). **Student Affairs and Services in Higher Education: Global Foundations, Issues and Best Practices.** Paris, UNESCO, 2009.

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# APOIO PEDAGÓGICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL





 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# APOIO PEDAGÓGICO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

